

O papel da creche na conciliação feminina entre trabalho e família e relações de gênero no mercado de trabalho: horas trabalhadas na ocupação principal

IARA AZEVEDO VITELLI VIANA

Mestranda em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais- ENCE/IBGE

iaaraazevedo@gmail.com

Resumo

O objetivo fundamental desse trabalho é quantificar as horas trabalhadas de mães com ao menos um filho de 0 a 6 anos, em comparação com as horas trabalhadas pelos respectivos cônjuges. Faz-se a divisão entre as horas trabalhadas por mães cujo filho freqüenta creche/pré-escola e mães cujo filho não freqüenta, e devem ficar, portanto, sob a supervisão de algum responsável, geralmente a mãe, mostrando a importância da disponibilização pública de creches/pré-escolas para essas mulheres. Entende-se que a diferença negativa para as mulheres nas horas trabalhadas semanalmente poderia ser revertida em trabalho produtivo caso houvesse compartilhamento de atividades, impactando positivamente as condições sócio-econômicas das famílias.

Palavras chave: Conciliação trabalho-família; creche; gênero; trabalho.

1 – Introdução

O objetivo fundamental desse trabalho é caracterizar uma face da discussão de gênero que permeia a inserção das mulheres no mercado de trabalho, a conciliação entre trabalho remunerado e responsabilidades familiares. Aqui, busca-se quantificar as horas trabalhadas de mães com ao menos um filho de 0 a 6 anos¹, em comparação com as horas trabalhadas pelos respectivos cônjuges. Ainda, nessa comparação faz-se a divisão entre as horas trabalhadas por aqueles cujo filho freqüenta creche/pré-escola e aqueles cujo filho não freqüenta, e devem ficar, portanto, sob a supervisão de algum responsável, mostrando a importância da disponibilização pública de creches/pré-

¹ Optou-se por trabalhar com crianças de 0 a 6 anos, apesar de a educação infantil abranger crianças de 0 a 5 anos, dado que a mudança nessa faixa de atendimento da educação infantil (ou fundamental) foi exatamente do ano de 2007.

escolas para essas mães. Entende-se que a diferença negativa para as mulheres nas horas trabalhadas semanalmente poderia ser diminuída (via aumento de horas) caso houvesse compartilhamento de atividades, impactando positivamente as condições sócio-econômicas das famílias.

Argumenta-se que os processos de divisão do trabalho doméstico e o tipo de inserção no mercado de trabalho variam conforme o sexo, representando os diferentes papéis de gênero no âmbito familiar e social. A questão de gênero pode ser entendida como uma construção social baseada nos papéis historicamente relegados aos sexos biológicos. Não é algo que nasce intrínseco ao homem, é atribuído pela realidade das diferentes sociedades, assim, diferenciais percebidos entre os sexos se tornam diferenciais de relações sociais, ou gênero. Caetano (2009, p. 11) diz que “a condição de trabalho da mulher, portanto, pode estar relacionada ao seu lugar na família, na medida em que sua atuação no mercado de trabalho se condiciona às relações estabelecidas no âmbito domiciliar”.

A conciliação, ou articulação, entre trabalho e família se refere à administração das dificuldades e conflitos que surgem na vida cotidiana de quem trabalha fora e ainda tem responsabilidades familiares, seja com o cuidado da alimentação, manutenção da casa ou atenção às crianças e aos idosos (BRUSCHINI e RICOLDI, 2008). Historicamente sabemos que são as mulheres as protagonistas dessa história, que persiste ainda hoje. Dados da PNAD de 2007 mostram que, enquanto 70% da população de 10 anos e mais se dedica às atividades do lar, 88,5% das mulheres dedicavam algum tempo aos afazeres domésticos, e apenas 50,3% dos homens se dedicavam a essas atividades. Além, os dados de horas dedicadas mostram que a jornada masculina, de 10,3 horas semanais em média, é mais leve que a feminina, 25,6 horas semanais em média². Bruschini (2007, p. 538) coloca que “a permanência da responsabilidade feminina pelos afazeres domésticos e cuidados com os filhos e outros familiares indica a continuidade de modelos familiares tradicionais, que sobrecarregam as novas trabalhadoras, sobretudo as que são mães de filhos pequenos”. Adicionalmente a esse desprendimento de tempo, a nova configuração do mercado de trabalho, que se instaura há décadas, insere as mulheres nas atividades remuneradas também, sendo o tempo ofertado a tal determinado, entre outros fatores, pelo tempo gasto com as responsabilidades familiares.

² Microdados PNAD 2007

Ainda que estejam ocorrendo mudanças ao longo do tempo, observando uma maior inserção feminina na população ocupada, com maior acesso a bons empregos e cargos de prestígio, as relações de gênero não se mostram exauridas. Ocorre, concomitantemente, uma divisão sexual do trabalho, relegando às mulheres trabalhos que são similares aos afazeres domésticos, e trabalhos mais precários. O trabalho feito por Caetano (2009), com dados da PNAD dos anos de 1996, 2001 e 2006, comprova que as chances das mulheres urbanas entre 25 e 64 anos possuírem um trabalho precário estão relacionadas ao tipo de família, posição na família e realização de afazeres domésticos.

A educação infantil, seja como berçário, creche, pré-escola, ou outro tipo de inserção escolar de crianças até 6 anos, tem importância na determinação da possibilidade de engajamento produtivo das mães, que encontram dificuldade em conciliar trabalho e família. Tem importância também na diminuição das desigualdades no mercado de trabalho em relação aos homens, reproduzidas durante toda a história passada. Desigualdades, essas, que provém, além da participação na população economicamente ativa, também dos rendimentos auferidos, do tipo de inserção e do número de horas trabalhadas, sempre desfavorecendo as mulheres. Assim, a disponibilização desse serviço de compartilhamento das atividades familiares para as mães é uma importante política para a superação dos conflitos de gênero no mercado de trabalho.

Outra justificativa para o investimento na educação infantil é dado por Heckman (2006), Heckman e Masterov (2005), que argumentam a importância de se investir em crianças em desvantagens sociais o mais cedo possível como mecanismo de aumentar desempenho econômico e social delas no futuro, importante quesito na redução da pobreza e desigualdade. O argumento maior é o da eficiência econômica, intervenções ainda cedo na vida de crianças se justificam pela estimativa de ter altos benefícios em relação ao custo e altas taxas de retorno quando comparadas a intervenções em idades mais avançadas. Quanto mais tarde for a intervenção na vida de pessoas em desvantagem social, mais caro será remediar a situação. Esse é um tema amplamente discutido na literatura econômica, mas que foge do escopo desse trabalho.

Ainda, a educação infantil tem importância fundamental na diminuição dos riscos sociais de classe e intergeracionais que acometem famílias mais pobres, pelo aumento da renda através do trabalho feminino. Sorj (2007) constata que entre os domicílios com crianças pequenas, aqueles cuja criança freqüentava creche ou pré-escola tinham

uma renda familiar mensal cerca de 50% maior. Não se pode deixar de citar que apresenta objetivo também de cidadania, como uma primeira etapa da educação a que todas as crianças têm direito.

O compartilhamento das atividades domésticas pode partir da própria família, organizações assistenciais, instituições particulares ou do Estado. Este último é considerado como o maior responsável pela oferta de creches, pré-escolas e qualquer outro tipo de estabelecimento de ensino para crianças de 0-6 anos. O baixo desenvolvimento dessa contribuição do Estado prejudica a quantidade e qualidade da inserção das mães, no mercado de trabalho. Em função do histórico brasileiro de pequeno apoio público ao compartilhamento de atividades com mães de crianças pequenas, uma discussão acerca do número de horas trabalhadas por essas mulheres em comparação com os cônjuges, com recorte de acesso³ à educação infantil, é de extrema importância.

Este trabalho está dividido em três outras partes, além desta. A primeira aborda a metodologia da análise proposta, em seguida são apresentados os resultados encontrados. Por fim, será feita uma discussão sobre o assunto.

2 – Metodologia

O trabalho é desenvolvido a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios, PNAD, referente ao ano de 2007, para famílias com filhos residentes menores de 6 anos. Nos microdados da pesquisa é possível identificar as mães de todos os indivíduos se há co-habitação. Também é possível identificar quem é o cônjuge dessas mães, formando-se o que aqui será identificado como **unidade familiar**: ao menos um filho menor de 6 anos, mãe e cônjuge da mãe.

Assim, a partir da variável *número de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal da semana de referência para pessoas de 10 anos ou mais de idade* derivou-se o tempo desprendido pelas mães e pelos cônjuges na ocupação principal no mercado de trabalho, para comparação. A análise foi feita para mães e cônjuges de 15 anos ou mais. A partir da variável *curso que frequenta* identifica-se a frequência das crianças à creche, classe de alfabetização ou

³ Aqui o acesso se refere à mãe da criança, pensando na creche/pré-escola como um serviço ofertado para as mães das crianças.

maternal/jardim de infância/etc (que será abreviado no trabalho como creche/pré-escola), objetivando comparar as horas despendidas no trabalho remunerado segundo acesso ou não acesso à creche/pré-escola.

A população analisada foi dividida em três grupos, Total, Grupo 1 e Grupo 2 (Tabela 1). O Grupo Total abrange todas as famílias da amostra, ou seja, todas as unidades familiares com ao menos um filho entre 0 e 6 anos. Esse grupo foi dividido em outros dois, ao Grupo 1 foram atribuídas as unidades familiares compostas por ao menos uma criança entre 0 e 3 anos e ao Grupo 2 foram atribuídas as famílias com ao menos um filho entre 4 e 6 anos. Ressalta-se que uma família não aparece duas vezes na amostra, caso haja presença de dois ou mais filhos entre 0 e 6 anos, seleciona-se o mais novo para compor a amostra, entendendo que será sempre ele quem demandará maiores cuidados. A base de dados composta possui 10.915.145 unidades familiares, sendo 6.968.683 (64%) no Grupo 1 e 3.946.462 (36%) no Grupo 2.

A abordagem estatística inclui a análise feita por indicadores, descritos a seguir: i) taxa de atividade: representa as pessoas que tinham ou procuraram trabalho na semana de referência; ii) taxa de desocupação: é a medida de desemprego utilizada pelo IBGE, se refere às pessoas sem trabalho na semana de referência e que tomaram alguma providência efetiva de procura de trabalho nesse período; e iii) horas trabalhadas, entendendo que a análise da duração da jornada de trabalho é um bom indicador do peso que as responsabilidades familiares têm para os cônjuges (SORJ, 2007, p. 586). Ademais, são propostos dois indicadores para a análise das discrepâncias que podem haver entre os sexos e entre as mulheres segundo acesso à creche/pré-escola.

O Indicador 1 é o resultado da razão entre as horas trabalhadas por semana pela mulher em relação ao cônjuge, sendo n o número de casais analisados. Ou seja, se multiplicado por cem, o número de horas trabalhadas pelas mulheres a cada 100 horas trabalhadas pelos homens, que pode ser qualquer valor positivo. Note que é uma média das razões, já que temos dados pareados (e não independentes), resultando, então, em um indicador que capta a relação intra-familiar.

$$\text{Indicador 1} = \frac{\sum \left(\frac{\text{horas trabalhadas pela mulher}}{\text{horas trabalhadas pelo homem}} \right)}{n}$$

Outro indicador proposto, Indicador 2, é a diferença entre as horas trabalhadas pelas mulheres e as horas trabalhadas pelos respectivos cônjuges, sendo n o número total de casais, ou seja, um valor negativo significativo indica que as mulheres trabalham menos horas por semana que os homens. Trata-se também de uma média das diferenças, captando a relação intra-familiar.

$$\text{Indicador 2} = \frac{\sum(\text{horas trabalhadas pela mulher} - \text{horas trabalhada pelo homem})}{n}$$

Por fim será feita uma análise multivariada, condicionando as horas trabalhadas por fatores descritos na tabela a seguir, considerando essas as variáveis preponderantes nas análises de diferenciais socioeconômicos no mercado de trabalho.

Tabela 1: Descrição das variáveis utilizadas na análise multivariada

Rótulo	Descrição	Valores
sexo	sexo do indivíduo	Variável dummy (0-homem; 1-mulher)
creche	acesso ou não acesso à creche/pré-escola	Variável dummy (0-não acesso; 1-acesso)
trab_dom	Horas semanais com trabalho doméstico ¹	Variável contínua
anos_est	anos completos de estudos	Variável contínua
cor_raça	Cor/raça	Variável dummy (0-brancos; 1-negros ¹)

¹ Considera-se o conceito do IBGE para afazeres domésticos da PNAD 2007.

3 – Conciliação trabalho/família e acesso à pré-escola

A caracterização das unidades familiares, mostrada na Tabela 2, fornece uma idéia geral do perfil das famílias que estão sendo analisadas. A idade média mostra uma população no Grupo 2 cerca de quatro anos mais envelhecida, o que era esperado, dado que são unidades familiares com ao menos uma criança de 4 a 6 anos. Esses pais são, decerto, cerca de quatro anos mais velhos. É interessante notar a baixa taxa de chefia feminina, denotando a pequena presença que essas mulheres possuem na representação socioeconômica das famílias.

A análise do acesso à creche/pré-escola mostra uma cobertura de apenas 15% para o Grupo 1 e quase 80% para o Grupo 2, sendo justificado pelo peso que crianças

muitos jovens (o suficiente para não freqüentarem creche/pré-escola, ou para as famílias decidirem não utilizar esse serviço ainda) possuem no primeiro grupo.

Tabela 2: Idade média da mãe, idade média do cônjuge, taxa de chefia feminina, tamanho médio da família e acesso à creche/pré-escola (%) para as unidades familiares selecionadas para análise - Brasil, 2007

	Total ¹	Grupo 1 ²	Grupo 2 ³
Idade média da mãe	29,8	28,4	32,3
Idade média do cônjuge	33,7	32,4	36,1
Taxa de chefia feminina Total ⁴	10,04	10,18	9,84
Tamanho médio da família	4,14	4,13	4,16
Acesso à creche/pré-escola (%)			
sim	38,3	15,5	78,7
não	61,67	84,5	21,3
total	100	100	100

¹ Total: unidades familiares com ao menos uma criança residente de 0-6 anos

² Grupo 1: unidades familiares com ao menos uma criança residente de 0-3 anos

³ Grupo 2: unidades familiares com ao menos uma criança residente de 4-6 anos

⁴ número de famílias chefiadas por mulheres/número total de famílias

Fonte: PNAD, 2007

Passemos a análise dos diferenciais no mercado de trabalho (Tabela 3). A taxa de atividade para todas as mulheres maiores de 15 no Brasil é de 58,7%, menor que a masculina, 81,6%, informações, essas, colocadas para simples comparação. Considerando os grupos aqui analisados, as taxa dos homens são sempre maiores que a média nacional. Já entre as mulheres, a taxa de atividade para quem não tem acesso à creche/pré-escola é menor, para ambos os grupos, em relação à Brasil. Quanto à diferença entre os sexos nos grupos, são sempre maiores do que a diferença nacional (exceto para Grupo 1 com acesso à creche/pré-escola), sendo cerca de 2 vezes maior entre quem não tem acesso à creche/pré-escola.

A análise da taxa de ocupação mostra as diferenças já dentro do mercado de trabalho entre homens e mulheres. Sendo esta uma medida de emprego, o contrário é a medida de desemprego convencionalmente utilizada pelo IBGE. A taxa de desemprego na população analisada é sempre maior para mulheres, no total 12,6% delas estão à procura de emprego, já entre eles, a taxa é de 3,4%. Comparando pelo acesso à creche/pré-escola, observamos uma taxa sempre maior para quem não tem

acesso à creche/pré-escola, considerando todos os grupos, temos 10,6% de desemprego entre as mulheres que deixam seus filhos em creches e pré-escola, e 14,3% entre quem não deixa. Ademais, é entre aqueles sem acesso à creche/pré-escola que a diferença entre mulher e homem é mais acentuada, chegando ao máximo de 11% no Grupo 1.

Tabela 3: Taxa de atividade e desocupação para mulheres e homens das unidades familiares analisadas, segundo os agrupamentos de idade do filho e acesso à creche/pré-escola - Brasil, 2007

	Taxa de atividade			Taxa de desocupação		
	Mulheres	Homens	Diferença	Mulheres	Homens	Diferença
Total Brasil	58,7	81,6	-22,9	10,7	5,9	4,8
Total ¹						
total	60,1	97,0	-36,9	12,6	3,4	9,2
com acesso à creche/pré-escola	71,6	96,8	-25,2	10,6	3,2	7,4
sem acesso à creche/pré-escola	52,9	97,2	-44,3	14,3	3,5	10,8
Grupo 1 ²						
total	56,0	97,3	-41,3	11,4	3,5	7,9
com acesso à creche/pré-escola	78,0	97,5	-19,5	9,4	3,8	5,6
sem acesso à creche/pré-escola	52,0	97,2	-45,2	14,5	3,5	11
Grupo 2 ³						
total	67,4	96,6	-29,2	11,3	3,0	8,3
com acesso à creche/pré-escola	69,4	96,6	-27,2	11,1	3,0	8,1
sem acesso à creche/pré-escola	59,9	96,8	-36,9	12,4	3,2	9,2

¹ Total: unidades familiares com ao menos uma criança residente de 0-6 anos

² Grupo 1: unidades familiares com ao menos uma criança residente de 0-3 anos

³ Grupo 2: unidades familiares com ao menos uma criança residente de 4-6 anos

Fonte: PNAD, 2007

A análise das horas semanais trabalhadas foi feita somente para a população ocupada, ou seja, a população que efetivamente trabalhou na semana de referência da pesquisa, objetivando, assim, captar os diferenciais sem o efeito da maior taxa de inatividade e desocupação das mulheres. Foram utilizadas somente as unidades familiares cuja mãe e cônjuge estão ocupados. Até então tínhamos analisado indicadores para homens e mulheres separadamente, mas não considerando os dois ocupados ao mesmo tempo na unidade familiar. Com esse filtro analisamos as horas trabalhadas de 5.419.338 unidades familiares. Os resultados estão na Tabela 4 a seguir.

Tabela 4: Distribuição das horas/semana no trabalho principal, segundo sexo e acesso à creche/pré escola - Brasil, 2007

	Média	1º quartil	Mediana	3º quartil
Homens				
Total ¹				
total	45,4	40,0	44,0	50,0
com acesso à creche/pré-escola	45,6	40,0	44,0	50,0
sem acesso à creche/pré-escola	45,2	40,0	44,0	50,0
Grupo 1 ²				
total	45,4	40,0	44,0	50,0
com acesso à creche/pré-escola	45,9	40,0	44,0	49,0
sem acesso à creche/pré-escola	45,3	40,0	44,0	50,0
Grupo 2 ³				
total	45,4	40,0	44,0	50,0
com acesso à creche/pré-escola	45,5	40,0	44,0	50,0
sem acesso à creche/pré-escola	45,2	40,0	44,0	50,0
Mulheres				
Total ¹				
total	33,6	20,0	40,0	44,0
com acesso à creche/pré-escola	35,4	24,0	40,0	44,0
sem acesso à creche/pré-escola	32,0	20,0	36,0	44,0
Grupo 1 ²				
total	33,2	25,0	40,0	44,0
com acesso à creche/pré-escola	37,3	30,0	40,0	44,0
sem acesso à creche/pré-escola	32,0	20,0	36,0	44,0
Grupo 2 ³				
total	33,2	20,0	40,0	44,0
com acesso à creche/pré-escola	34,6	24,0	40,0	44,0
sem acesso à creche/pré-escola	32,3	20,0	35,0	44,0

¹ Total: unidades familiares com ao menos uma criança residente de 0-6 anos

² Grupo 1: unidades familiares com ao menos uma criança residente de 0-3 anos

³ Grupo 2: unidades familiares com ao menos uma criança residente de 4-6 anos

Fonte :PNAD 2007

O resultado da comparação total de homem *versus* mulher, como esperado, nos mostra uma jornada de trabalho menor para as mulheres. Elas trabalham em média 33,6 horas, enquanto eles trabalham em média 45,4 horas. Se compararmos horas trabalhadas em função do acesso ou não à creche/pré-escola segundo o sexo, vemos que enquanto as horas médias dos cônjuges permanecem quase inalteradas (variando de 45,2 a 45,6), as horas média e mediana trabalhadas pelas mulheres cujo filho não frequenta creche/pré-escola (32,3 e 35,0, respectivamente) são menores que a média e mediana entre as mulheres cujo filho frequenta (34,6 e 40, respectivamente).

Uma outra comparação é feita somente entre as mulheres, segundo a idade do filho e acesso à creche/pré-escola. Observamos que as mulheres sem acesso possuem uma mediana menor do que as mulheres com acesso, assim como uma média menor. A média de horas trabalhadas por semana entre as mulheres do Grupo 1 com acesso é 37,3, entre as que não tem acesso, 32,0. Já no Grupo 2, as mulheres com acesso trabalham em média 34,6 horas, e as sem acesso, 32,3. Esse resultado surpreende, pois era de se esperar maior número de horas trabalhadas entre as mães do Grupo 2, cujos filhos são mais velhos. O 1º quartil de horas trabalhadas nesse grupo é menor (pode-se observar na Tabela 4), o que pode estar induzindo à uma menor média.

Partimos agora para a análise dos indicadores propostos na seção 3, usaremos, aqui, Box-plot's, pela facilidade de apresentação da distribuição das observações. Lembremos que foram utilizadas somente as unidades familiares cuja mãe e cônjuge estão ocupados, possibilitando captar os diferenciais intra-familiares. Os resultados para os indicadores são apresentados na Tabela 5 e nos gráficos a seguir.

Para o Indicador 1, média da razão de horas trabalhadas entre a mulher e o cônjuge, considerando todas as unidades familiares da análise, a mediana de horas trabalhadas foi de 82 horas, bem próxima à média (Gráfico 1), 84,4 horas, ou seja, para cada 100 horas trabalhadas pelos cônjuges, as mulheres trabalhavam 84 horas, em média, sendo que 50% trabalhavam menos que 82 horas. Observamos que 75% das mulheres trabalham o mesmo tanto ou menos que os homens. Quando desagregamos por acesso à creche/pré-escola, vemos que para quem não tem acesso à creche o 1º quartil e a mediana são menores do que comparados a quem tem acesso, denotando um maior número de mulheres que trabalham menos. Todavia o maior prolongamento da barra vertical entre quem não tem acesso ao serviço, apenas acontece pela presença de um *outlier* maior na amostra.

Considerando agrupamentos por idade do filho (Gráfico 2), no total, as mães de crianças entre 0 e 3 anos trabalham menos horas em relação aos homens do que as mães de crianças entre 4 e 6 anos. Interessante notar como a discrepância para as mulheres que tem acesso ou não à creche/pré-escola é maior no grupo 0 a 3 (Grupo 1), mostrando a importância que esse acesso tem para essas mães.

Tabela 5: Distribuição do Indicador 1¹ e Indicador 2² segundo agrupamentos de idade do filho e condição de acesso à creche/pré-escola - Brasil, 2007

	Média	1º quartil	Mediana	3º quartil
INDICADOR 1				
Total ³				
total	84,4	50,0	82,0	100,0
com acesso à creche/pré-escola	89,6	53,3	85,7	100,0
sem acesso à creche/pré-escola	79,8	44,0	75,0	100,0
Grupo 1 ⁴				
total	82,9	50,0	81,5	100,0
com acesso à creche/pré-escola	95,0	61,4	90,9	100,0
sem acesso à creche/pré-escola	79,5	44,4	75,0	100,0
Grupo 2 ⁵				
total	86,5	50,0	83,3	100,0
com acesso à creche/pré-escola	87,5	50,0	83,3	100,0
sem acesso à creche/pré-escola	82,3	44,4	75,0	100,0
INDICADOR 2				
Total ³				
total	-11,8	-24,0	-8,0	0,0
com acesso à creche/pré-escola	-10,3	-20,0	-6,0	0,0
sem acesso à creche/pré-escola	-13,0	-25,0	-10,0	0,0
Grupo 1 ⁴				
total	-12,1	-24,0	-9,0	0,0
com acesso à creche/pré-escola	-8,7	-20,0	-4,0	0,0
sem acesso à creche/pré-escola	-13,1	-25,0	-10,0	0,0
Grupo 2 ⁵				
total	-11,3	-23,0	-8,0	0,0
com acesso à creche/pré-escola	-10,8	-21,0	-8,0	0,0
sem acesso à creche/pré-escola	-12,9	-26,0	-11,0	0,0

¹Indicador 1 = média da razão de horas trabalhadas pela mulher em relação ao cônjuge

²Indicador 2 = média da diferença de horas trabalhadas pela mulher em relação ao cônjuge

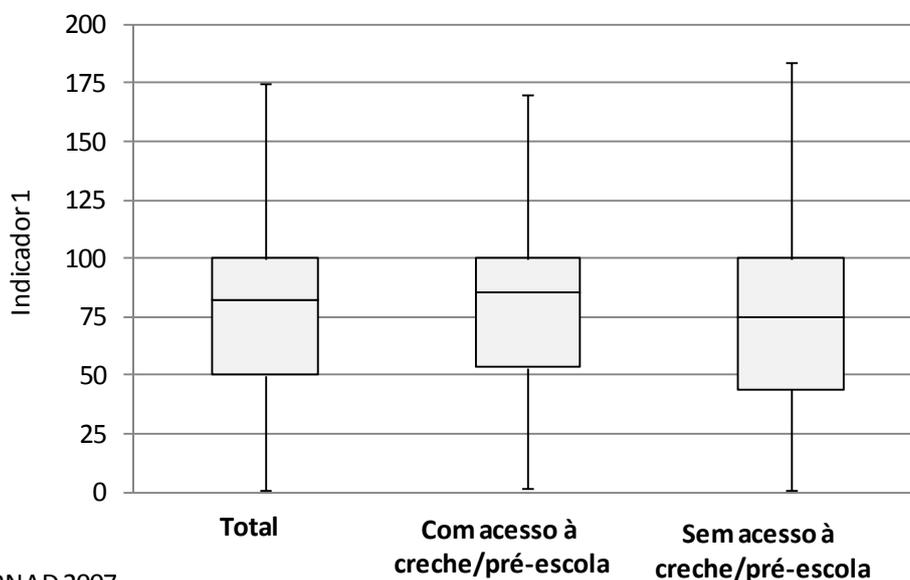
³ Total: unidades familiares com ao menos uma criança residente de 0-6 anos

⁴ Grupo 1: unidades familiares com ao menos uma criança residente de 0-3 anos

⁵ Grupo 2: unidades familiares com ao menos uma criança residente de 4-6 anos

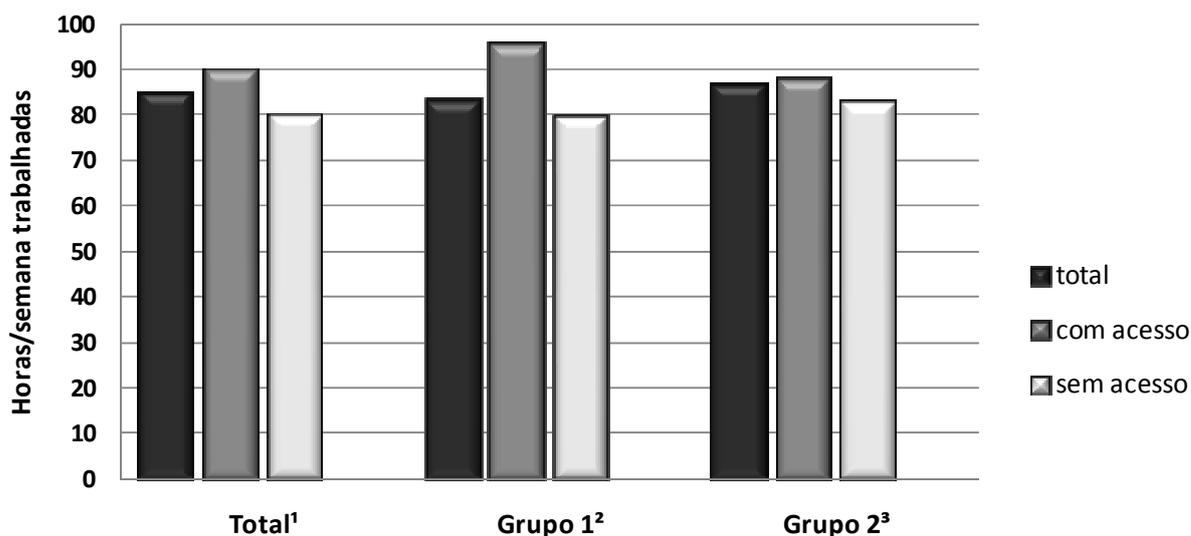
Fonte: PNAD, 2007

Gráfico 1: Distribuição do Indicador 1 (média da razão de horas trabalhadas pela mulher em relação ao cônjuge) para total e segundo acesso à creche/pré-escola- Brasil, 2007



Fonte: PNAD 2007

Gráfico 2: Indicador 1 (média da razão de horas trabalhadas pela mulher em relação ao cônjuge) para total, segundo idade do filho mais novo e acesso à creche/pré-escola - Brasil, 2007



¹Total: unidades familiares com ao menos uma criança residente de 0-6 anos

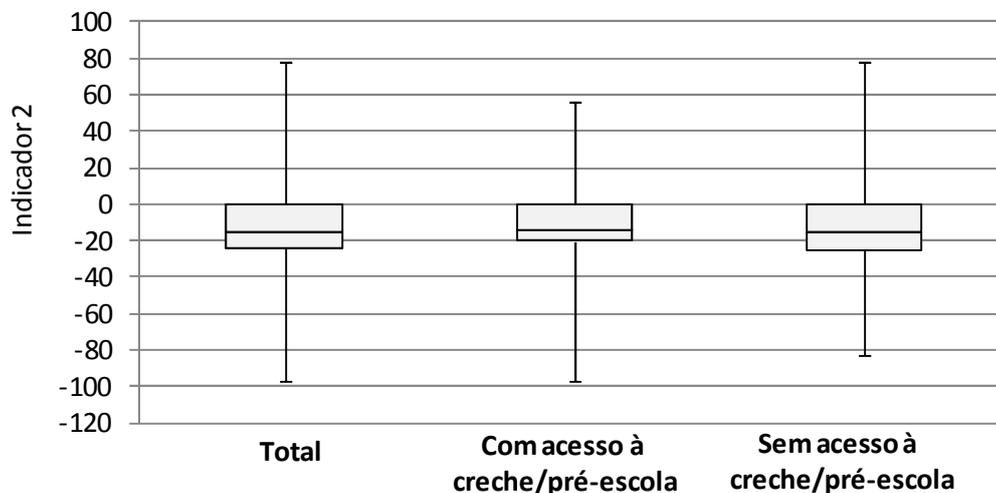
²Grupo 1: unidades familiares com ao menos uma criança residente de 0-3 anos

³Grupo 2: unidades familiares com ao menos uma criança residente de 4-6 anos

Fonte: PNAD 2007

O Indicador 2 para todas as unidades familiares da análise (Gráfico 3) mostra que as mulheres trabalham em média 11,8 horas a menos que os homens, sendo que 50% trabalham mais que 8 horas a menos que os homens, e 75% trabalham o mesmo tanto ou menos que os homens. Desagregando por acesso observamos que entre as mulheres que deixam seus filhos em creche/pré-escola a diferença em relação aos cônjuges é menor, sendo que em média, as primeiras trabalham 10,3 horas a menos, e as últimas, 13,0 horas a menos. Considerando os agrupamentos de idade do filho (Gráfico 4), as observações são as mesmas que as do Indicador 1, as mães de crianças entre 0 e 3 anos trabalham menos horas em relação aos homens do que as mães de crianças entre 4 e 6 anos e a discrepância entre mulheres que tem acesso ou não à creche/pré-escola é maior no grupo 0 a 3, mostrando a importância que esse acesso tem para essas mães.

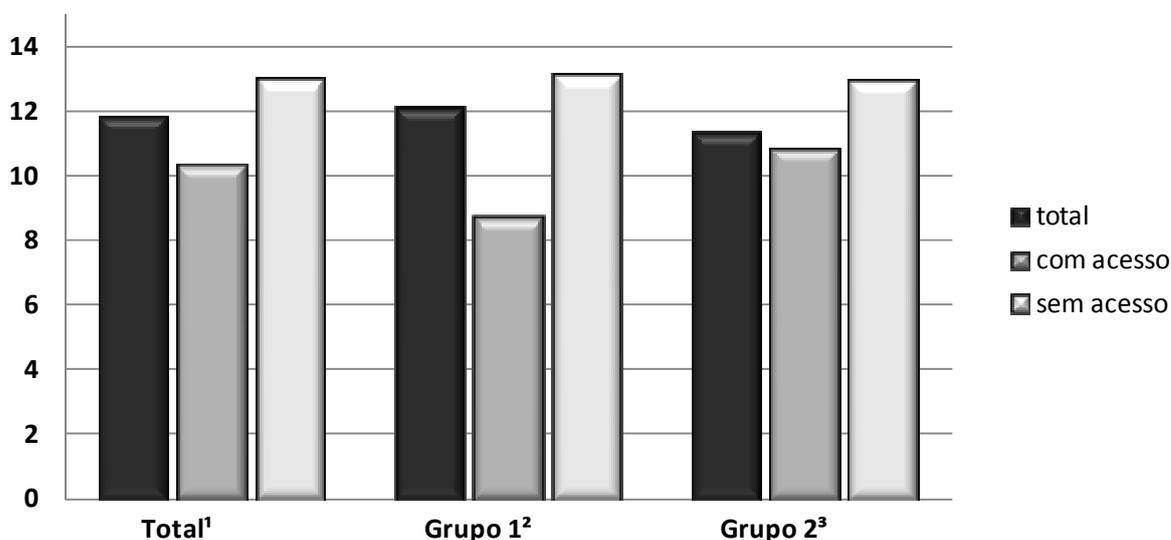
Gráfico 3: Distribuição do Indicador 2 (média da diferença de horas trabalhadas pela mulher em relação ao cônjuge) - Brasil, 2007



Fonte: PNAD 2007

O passo seguinte para uma aceitação maior das evidências que os dados nos fornecem é testar a hipótese da existência de diferença entre as horas trabalhadas por homens e horas trabalhadas por mulheres. Um simples teste t pode nos comprovar essa situação. Os testes para o Indicador 1 (média da razão das horas trabalhadas por mulheres em relação ao cônjuge) e para o Indicador 2 (média da diferença de horas trabalhadas entre mulheres e cônjuges) são apresentados na Tabela 6.

Gráfico 4: Indicador 2 (média da diferença de horas trabalhadas pela mulher em relação ao cônjuge) para total e segundo acesso à creche/pré-escola - Brasil,



¹Total: unidades familiares com ao menos uma criança residente de 0-6 anos

²Grupo 1: unidades familiares com ao menos uma criança residente de 0-3 anos

³Grupo 2: unidades familiares com ao menos uma criança residente de 4-6 anos

Fonte: PNAD 2007

Para o Indicador 1 o teste para não existência de diferença, contra a hipótese de uma diferença menor que 0, fornece um p-valor igual a 0,0000, sendo forte evidência contra a não existência de diferença. Ou seja, os dados evidenciam que essa diferença observada não é puramente casual, ou resultado da variabilidade natural dos dados. Para o Indicador 2 o teste para não existência de diferença, contra a hipótese de uma diferença menor que 0, fornece um p-valor também igual a 0,0000, sendo forte evidência contra a não existência de diferença.

Considerando, agora, somente as mulheres (Tabela 7), um teste para a diferença nas horas trabalhadas por mulheres que deixam seus filhos em creche/pré-escola, e mulheres que não deixam, mostra que há forte evidência contra a hipótese de não existência de diferença, dado que o p-valor foi bem próximo de 0. Os testes considerando os agrupamentos de idade do filho não serão apresentados aqui, pois resultaram em um mesmo p-valor, tanto para diferenças entre homens e mulheres, quanto para a diferença entre mulheres com e sem acesso à creche/pré-escola.

Tabela 6: Teste de significância dos Indicadores 1 (média da razão de horas trabalhadas pela mulher em relação ao cônjuge) e Indicador 2 (média da diferença de horas trabalhadas pela mulher em relação ao cônjuge)- Brasil, 2007

	Indicador 1	Indicador 2
Média	0,844	-11,761
Erro padrão	0,0118	0,1689
Desvio padrão	1,2549	17,9722
Intervalo de confiança (95%)	[0,8198; 0,8661]	[-11,9485; - 11,2864]
Estatística t	-13,3144	-68,7815
P-valor (Pr(T < t))	0,0000	0,0000

Fonte :PNAD 2007

Tabela 7: Teste t para o Indicador da diferença da média de horas trabalhadas por semana pelas mulheres segundo acesso à creche/pré-escola - Brasil, 2007

	Média	Erro padrão	Desvio padrão	Intervalo de confiança (95%)	
Com acesso	35,4534	0,1943	14,3004	35,07253	35,8344
Sem acesso	32,0437	0,1964	15,8844	31,6586	32,4288
Total	33,5887	0,1397	15,2811	33,3147	33,8627
Estatística t	12,2189				
P-valor	0,0000				

Fonte :PNAD 2007

Finalmente, uma análise multivariada tenta mostrar a relação causal entre as horas trabalhadas e variáveis chave. Os modelos estimados não apresentam uma grande explicação da variação na variável dependente, apesar de serem consideradas preponderantes (R^2_{adj} entre 0,1380 e 0,1718). Todavia, todas as variáveis foram significantes nos modelos, decerto, a que mais impacta é o sexo, sendo negativo para as mulheres. O coeficiente de sexo pode ser interpretado como a porcentagem de horas a menos que as mulheres trabalham com relação aos homens. No primeiro modelo, por exemplo, ser mulher configura trabalhar 42,04% a menos que os homens. As demais variáveis de controle apresentaram o resultado esperado. Ter acesso à creche é positivo, variando nos modelos de 6,1% a 8,1% de horas a mais trabalhadas por quem tem acesso. As horas despendidas no trabalho doméstico tem impacto

negativo nas horas de trabalho, variando de 11,74% a 12,54%. Anos de estudos tem impacto positivo, ser negro (preto ou pardo) tem impacto negativo.

Analisando o último modelo, dado as outras variáveis constantes, ser mulher leva a 30,18% menos horas de trabalho, ter acesso à creche/pré-escola a mais 6,48% de horas e ser negro a 6,16% menos horas trabalhadas. Um aumento de 11,85% das horas dedicadas aos afazeres domésticos levam à uma redução de 1% das horas trabalhadas. Assim como um aumento de 9,13% nos anos de estudos leva ao aumento de 1% nas horas trabalhadas.

Tabela 7: Estimação do efeito de variáveis selecionadas no número de horas trabalhadas por semana¹ - Brasil, 2007

	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5
sexo	-0,4204	-0,4261	-0,2834	-0,3004	-0,3018
creche		0,0684	0,0812	0,0669	0,0648
ln(trab_dom)			-0,1254	-0,1195	-0,1185
ln(anos_est)				0,1007	0,0913
cor_raça					-0,0617
R ² adj	0,138	0,1418	0,1563	0,1617	0,172
p-valor	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000

¹ Regressado sobre ln(horas trabalhadas por semana)

Fonte: PNAD 2007

4 - Discussão

Esse trabalho procurou discutir a conciliação entre trabalho remunerado e responsabilidades familiares, entendendo que a diferença negativa para as mulheres nas horas trabalhadas semanalmente poderia ser revertida em trabalho produtivo caso houvesse compartilhamento de atividades, impactando positivamente as condições sócio-econômicas das famílias. Buscou-se a estimação de diferenciais no mercado de trabalho relativas às horas trabalhadas entre homens e mulheres inseridos em uma mesma família, com ao menos um filho entre 0 e 6 anos. Relacionou-se essa diferença ao acesso da família à serviço de creche/pré-escola, inserindo toda a discussão nas relações de gênero que se fazem presentes.

Os resultados mostraram que as mulheres possuem menor participação no mercado de trabalho. A taxa de atividade para elas é de 60,1%, enquanto que para os homens é de 97,0%. As mulheres que não tem acesso à creche/pré-escola possuem uma participação ainda menor, de 52,9%. A taxa de desocupação segue a mesma direção desfavorável às mulheres, a diferença na taxa chega a 10,8% entre homens e mulheres sem acesso à creche, sendo 7,4% para aqueles que tem acesso. Vemos que o trabalho pode ser determinado pelo acesso a serviços de compartilhamento do cuidado com filhos pequenos, devendo, as políticas de gênero no mercado de trabalho, considerá-los.

Foi significativa a diferença observada nas horas trabalhadas entre homens e mulheres, e entre pessoas com e sem acesso à creche/pré-escola. A jornada de trabalho é menor para mulher, 33,6 horas semanais em média, não atingindo nem as 44 horas padrão do trabalho semanal, enquanto que para os homens o número médio de horas é de 45,4h, que ultrapassa o usual. Entre as mulheres, quem não tem acesso à creche possui uma jornada ainda menor. A razão das horas trabalhadas entre homens e mulheres mostrou que, em média, a cada 100 horas trabalhadas pelos homens, as mulheres trabalham 84 apenas, e que 75% das mulheres trabalham o mesmo tanto ou menos que os homens. Com relação à diferença das horas entre mulheres e homens, apenas corrobora os dados anteriores. As mulheres trabalham menos que os homens, sendo a diferença, em média, de 11,8 horas a menos. Essa diferença é ainda maior quando consideradas somente as famílias sem acesso à creche, 13,0 horas. Uma análise geral dos dados mostra ainda a necessidade de maior atenção aos serviços voltados para as idades de 0 a 3 anos. Nesse grupo há menor acesso à creche em relação ao grupo de crianças de 4 a 6 anos, e as mulheres que não tem acesso trabalham ainda menos que os homens em relação às mulheres que tem acesso.

A mulher aparece ainda como insubstituível no papel da reprodução doméstica, no entanto os dados mostram que as mulheres que têm obrigações no lar estão saindo para o mercado de trabalho, e, portanto, dependem do compartilhamento dessas atividades para melhor conciliar trabalho e família. O compartilhamento das atividades domésticas pode partir da própria família, organizações assistenciais, instituições particulares ou do Estado. Este último é considerado como o maior responsável pela oferta de creches, pré-escolas e qualquer outro tipo de estabelecimento de ensino para

crianças de 0-6 anos. O baixo desenvolvimento dessa contribuição do Estado prejudica a quantidade e qualidade da inserção das mães, no mercado de trabalho.

A criação recente de políticas voltadas exclusivamente para a educação infantil, Pró-infância e Pró-infantil, ambos sob tutela do governo federal, mostra certo avanço na área. Todavia vale lembrar que a responsabilidade por esse nível de ensino é dos municípios, dividindo a atenção com o ensino fundamental. Além do baixo nível de abrangência das políticas públicas de creche, é imprescindível discutir o funcionamento das creches existentes no serviço público. O funcionamento cobre parcialmente o horário comercial, se tornando um problema para as trabalhadoras em tempo integral.

Por fim, é de importante consideração o fato de que a análise aqui empreendida considera apenas as famílias biparentais, excluindo as monoparentais. Quando pensamos no arranjo de mães sozinhas, a disponibilidade de alguém para o compartilhamento das atividades do lar, principalmente no cuidado com as crianças muito novas, se torna ainda mais importante, tendo as políticas de expansão de creches do Estado ainda mais importância.

Esses são temas fundamentais na discussão das relações de gênero no mercado de trabalho e sua relação com o âmbito da reprodução familiar, assumindo que são esses dois temas auto-correlacionados e que a superação de paradigmas dessa relação tem impacto sobre a pobreza.

Bibliografia

BRUSCHINI, M. C. A., e A. M. RICOLDI. *Articulação trabalho e família: famílias urbanas de baixa renda e políticas de apoio às trabalhadoras*. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, Departamento de pesquisas educacionais, 2008.

CAETANO, A. J. *Entre a família e o trabalho: Uma análise da qualidade da inserção ocupacional no Brasil urbano sob uma perspectiva de gênero, 1996-2006*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar. Texto para discussão 374., 2009.

HECKMAN, J. J.. *Investing in disadvantaged young children is an economically efficient policy. Forum on "Building the economic case for investing in preschool"*. Nova York: 2006. Disponível em: <http://www.inpathways.net/IPCNLibrary/ViewBiblio.aspx?aid=9006>

HECKMAN, J. J. e MASTEROV, D. V.. *The productivity argument for investing in young children. University of Chicago*: 2005. Disponível em: <http://jenni.uchicago.edu/Invest/>. Acesso em 15/09/2009.

PNAD. "Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007." *Microdados*. IBGE.

SORJ, B. Trabalho remunerado e trabalho não-remunerado. In: OLIVEIRA, S., M. RECAMÁN, e VENTURI G. A. *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 107-119.